
O AVANÇO DO ATRASO: A TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO DO SUL

THE ADVANCE OF BACKWARDNESS: THE TERRITORIALIZATION OF AGRIBUSINESS IN MATO GROSSO DO SUL

EL AVANCE DEL RETRASO: LA TERRITORIALIZACIÓN DEL AGRONEGOCIOS EM MATO GROSSO DO SUL

Amanda Júlia de Freitas Mariano¹

Jodenir Calixto Teixeira²

RESUMO: Este artigo é fruto de discussões iniciadas no mestrado, sendo a dissertação o produto final, intitulada: A construção de uma cidade do agronegócio: a territorialização do agronegócio em Chapadão do Sul-MS e defendida na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul em 2021. Objetivamos nesse artigo compreender o avanço do agronegócio nas terras sul-mato-grossenses, a partir da política de ocupação da região Centro-Oeste, financiada pelo Governo Federal através de leis, decretos, programas e incentivos fiscais e governamentais, que tornaram Mato Grosso do Sul um estado com altíssimos graus de concentração fundiária, e territorialização do agronegócio, principalmente, através dos monocultivos de eucalipto, cana-de-açúcar e soja.

Palavras-chave: Agronegócio. Territorialização. Mato Grosso do Sul.

ABSTRACT: This article is the result of discussions started in the master's degree, with the dissertation being the final product, entitled: The construction of a city in agribusiness in Chapadão do Sul-MS and defended at the Federal University of Mato Grosso, from the occupation policy of the Central-West region, financed by the Federal Government through laws, decrees, programs and fiscal and governmental incentives, which made Mato Grosso do Sul, a state with very high degrees of land concentration, and territorialization of agribusiness, mainly through monocultures of eucalyptus, sugarcane and soybeans.

Keywords: Agribusiness. Territorialization. Mato Grosso do Sul.

¹ Mestra em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO-CPTL). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1129-3649>. E-mail: amandajfmariano@gmail.com.

² Professor Doutor dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO-CPTL). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8226-3685>. Email: jodenirc@gmail.com.

Artigo recebido em março de 2022 e aceito para publicação em junho de 2022.

RESUMEN: Este artículo es el resultado de discusiones iniciadas em la maestría, siendo el producto final la disertación, titulada: La construcción de una ciudad agroindustrial: la territorialización de la agroindustria en Chapadão do Sul-MS y defendida en la Universidad Federal de Mato Grosso do Sul en 2021. Nuestro objetivo en este artículo es comprender el avance de la agroindustria em el sur de Mato Grosso, a partir de la política de ocupación de la región Centro-Oeste, financiada por el Gobierno Federal a través de leyes, decretos, programas e incentivos fiscales y gubernamentales, lo que hizo de Mato Grosso do Sul un estado com altísimos grados e concentración de la tierra y territorialización de la agroindustria, principalmente a través de los monocultivos de eucalipto, caña de azúcar y soja.

Palavras-clave: Agroindustria. Territorialización. Mato Grosso do Sul.

INTRODUÇÃO

O espaço precisa ser considerado como totalidade: conjunto de relações realizadas através de funções e formas apresentadas historicamente por processos tanto do passado como do presente. É o resultado da produção, uma decorrência de sua história, mais precisamente, da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade e pelo capital (SANTOS, 1985)

A formação do estado de Mato Grosso do Sul se iniciou pautada na lógica capitalista da terra, por meio do processo de apropriação de terras, sendo o cerne da atual configuração agrária do estado à política de incentivos fiscais e creditícias formulada pelo Governo Federal e que permitiu às empresas nacionais e multinacionais se instalarem no território, além de transformar os capitalistas da cidade em empresários rurais, acentuando a concentração fundiária.

Dialogamos com Saquet (2013) ao afirmar que além de abrigo, o território também atua como receptor de investimentos, ou ainda, segundo Santos (1982) a dimensão histórica é necessária para ir além de um nível de análise superficial, de forma que a situação atual depende, por isso, de influências históricas. Assim, compreendemos o modelo capitalista agrário em que está inserido Mato Grosso do Sul.

É na lógica capitalista que ocorre a ideologia de mercantilização da terra, decorrente da Lei nº601 de 1850, a Lei de Terras, onde as propriedades só poderiam ser adquiridas mediante a compra. Stédile (1997) afirma que a lei discriminava pobres e escravos recém-libertos, pois nenhum desses possuíam recursos para a compra das terras.

Nessa lógica está inserido Mato Grosso do Sul, que teve os primeiros resquícios de ocupação quando o estado ainda era pertencente a Mato Grosso, com a atividade de mineração, no período colonial (1530-1815). A mineração atraiu certa quantidade de migrantes para a região, contudo, no final do século XVIII houve o declínio da atividade mineradora (TEIXEIRA e HESPANHOL, 2006).

Posteriormente ao extrativismo mineral, no século XIX, emergiram as atividades voltadas para a pecuária. Melo (2014) afirma que as atividades sucessoras da mineração tiveram suas bases no latifúndio, controladas pelas oligarquias, com interesse em controlar o Estado e a regularização das terras devolutas do Estado.

A regularização das terras de Mato Grosso foi baseada na Lei de Terras de 1850, como em todo o território brasileiro. Segundo Moreno (1994) a lei reconhecia o direito à propriedade de terras devolutas situadas no estado, mas a autora esclarece que a Lei foi adaptada para atender os interesses dos grandes proprietários de terras, com dilação de prazos para regulação fundiária e meios para a regulamentação das terras que estivessem ocupadas e cultivadas.

A história de Mato Grosso se confunde a de todo o território brasileiro, onde grandes proprietários sempre encontraram mecanismos para regulamentar suas propriedades ilegais, em detrimento dos pequenos produtores que via de regra sempre foram excluídos das políticas creditícias entre outras vantagens (quase) sempre destinadas aos grandes produtores.

Nesse cenário, esse artigo é fruto da pesquisa de mestrado intitulada: A construção de uma cidade do agronegócio: a territorialização do agronegócio em Chapadão do Sul-MS. Defendida na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, campus de Três Lagoas em 2021. Para compreender a territorialização do agronegócio no município de Chapadão do Sul (recorte espacial da pesquisa de mestrado), era necessário primordialmente analisar o contexto agrário regional e estadual, no qual, as leis, decretos e incentivos de ocupação da região Centro-Oeste, interferiram diretamente na formação dos municípios que surgiram pós 1960, principalmente, naqueles que tinham uma economia voltada para as atividades ligadas a terra.

Deste modo, objetivou-se analisar a colonização de Mato Grosso do Sul, desde o processo de ocupação da região Centro-Oeste, identificando a conotação de mercadoria que foi dada a terra e toda apropriação capitalista que se deu no território sul-mato-grossense, apoiada pelo Governo Federal, através de leis, decretos e incentivos. Para cumprir os objetivos foi feita análise de referencial bibliográfico sobre a questão agrária brasileira e sul-mato-grossense, além da utilização de dados secundários do censo agropecuário 2017, obtidos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A PRIMEIRA TENTATIVA DE OCUPAR A REGIÃO CENTRO-OESTE E O PODER EXERCIDO NA REGIÃO PELA COMPANHIA MATTE LARANJEIRA

Embora a ocupação massiva da região Centro-Oeste tenha se dado a partir da década de 1930 com a política getulista, houve tentativas de ocupar a região desde o século XIX. Teixeira e Hespanhol (2006) remetem ao período de estagnação demográfica e econômica da região Centro-Oeste após o extrativismo mineral. Os autores alegam que na metade do século XIX, houve a guerra com os paraguaios, atraindo uma massa de pessoas, mas, posteriormente, a região voltou a ser esquecida. Contudo, decorrente da guerra, o General Câmara e os soldados participantes da guerra, levaram para o sul do país informações colhidas durante a guerra, sobre as potencialidades da região.

O General Câmara observou durante a guerra, as extensas áreas de ervais no atual Mato Grosso do Sul, elas eram pertencentes à Companhia Matte Laranjeira, de Thomaz Laranjeira, este possuía a concessão do Governo para explorar os ervais e, devido ao progresso nos negócios, o Governo aumentou o prazo da empresa para a exploração dos ervais (TEIXEIRA; HESPANHOL, 2006).

Moreno (1994) alertou sobre o poder econômico que a Matte Laranjeira tinha, além de manter relações estreitas com o Estado, o que lhe proporcionava privilégios como a renovação dos contratos e impunidade em relação aos danos ambientais e sociais causados por ela.

As comunidades indígenas Kaiowá e Guarani estão entre os mais prejudicados pelos empreendimentos da Cia Matte Laranjeira, dado que havia exploração da erva mate em terras indígenas. Mota (2011, p. 115-116) aponta a perda do controle territorial das comunidades Kaiowá e Guarani, “[...] Após a guerra se consolidou a primeira atividade comercial nos territórios Guarani e Kaiowá com a exploração da erva mate pela Companhia Matte Laranjeira”.

Além da exploração da erva mate em terras indígenas haviam indígenas trabalhando para a Matte Laranjeira. Brand et al (2005) relatam que há áreas da região onde Cia Laranjeira atuava, em que o contingente de trabalhadores indígenas era superior ao número de trabalhadores paraguaios. Os autores apontam o trabalho na coleta da erva como única alternativa de trabalho assalariado.

Brand et al detalham sobre a mão de obra nos ervais:

No Relatório do funcionário do SPI (BARBOZA, 1927), encontramos a informação de que a “proporção de índios Caiuás empregados na elaboração da herva, sobre o operário (não-indígena), é, em média, de 75%, na região de Iguatemi” (p. CXXXIV). Informa ainda que nos demais estabelecimentos ervateiros visitados, “a quantidade de índios que nelles trabalham é sempre superior ao trabalhador paraguayo” (idem). No mesmo Relatório, Barboza cita o estabelecimento ervateiro de Mangahy onde a “população indígena seria superior a 200 índios” (p. CXXXIV). As informações deste servidor são importantes porque conhece bem a região, pois já encontramos relatórios seus sobre a situação desses índios, datados de 1923 (BRAND et al, 2005, p. 3).

Além da exploração de mão de obra e das terras indígenas, a Companhia detinha uma política de segurança própria para dizimar indígenas, vigiar os ervais e controlar os trabalhadores. Melo (2014, p. 28) reitera que quando a Cia não expulsava os indígenas de seus territórios, “[...] utilizava-os como mão de obra nos ervais”.

Dentre os danos ambientais causados pela Cia Matte Laranjeira está à perda do cerrado, pois a Companhia desmatava extensas áreas de vegetação nativa para plantar os ervais, conforme afirma Guijarra (2008, p. 4) “[...] esse desenvolvimento ocorreu em detrimento da esfera ambiental, com graves consequências à vegetação original. O processo de retirada desta última teve início com a exploração dos ervais nativos pela Cia. Matte Laranjeira [...]”.

Em 1907, a Companhia Matte Laranjeira propôs a prorrogação do contrato de arrendamento até 1930, haja vista que a data para término seria em 1916, porém o governo não aceitou. A empresa tinha o interesse em manter os negócios, afinal os lucros exorbitantes da Companhia eram “maiores do que a arrecadação anual de Mato Grosso” (NAGLIS, 2014, p. 29).

Em 1930, a região Centro-Oeste tomou novos contornos com a política nacionalista de Getúlio Vargas. Bianchini (2000) desnuda sobre as divergências da política nacionalista de Vargas e a configuração da empresa Cia Matte Laranjeira, de acordo com o autor (p.199), “[...] seus capitais estavam na maioria na Argentina, como também a mão-de-obra era em sua maior parte constituída por estrangeiros (paraguaios)”.

A política de Vargas passou a atacar a Matte porque a Empresa poderia atrapalhar os planos de ocupação do Centro-Oeste, já que ocupava boa parte das terras ricas e agricultáveis, impedito a políticas de colonização (MOREIRA, 2017, p. 7).

Com o Estado Novo, surge a política desenvolvimentista e de colonização das regiões de fronteira, sobretudo, das regiões Norte e Centro-Oeste. Intitulada “Marcha para Oeste”, em 1938, a política Varguista intencionava o povoamento das fronteiras e sua integração ao todo do país, visto a distância delas aos grandes centros comerciais (NAGLIS, 2014).

A fronteira é, pois, para a nação, símbolo e fato político de primeira grandeza, como espaço de projeção para o futuro potencialmente alternativo. Para o capital, a fronteira tem valor como espaço onde é possível implantar rapidamente novas estruturas e como reserva mundial de energia. A potencialidade econômica e política da fronteira, por sua vez, torna-se uma região estratégica para o Estado que se empenha em sua rápida estruturação e controle (BECKER, 1994, p. 11).

Para atingir o objetivo de integração, o Governo Vargas dispôs de programas, leis e decretos que incentivaram a ocupação produtiva da região Centro-Oeste. Nas palavras de Teixeira e Hespanhol (2006, p. 57) “[...] Esse Governo viabilizou a construção de rodovias, ferrovias, além de eliminar barreiras alfandegárias, facilitando o comércio entre essa região e outras partes do país, principalmente com o Sudeste.”. Outra artimanha de Getúlio Vargas foi a de anunciar a região como repleta de “espaços-vazios”, na intenção de atrair grandes fluxos migratórios, porém, esta era uma inverdade, afinal, na região havia comunidades indígenas, posseiros, e também a Companhia Matte Laranjeira.

Embora, muitos autores utilizem o termo “espaços-vazios”, nós o abordaremos sob a perspectiva de Milton Santos, usando o termo “fundos territoriais”, ou seja, áreas de soberania nacional ainda não incorporadas no tecido do espaço produtivo.

Oliveira (2013, p. 17) assevera sobre o sul de Mato Grosso ser um dos focos da política, pois com a Marcha para Oeste “[...] o sul de Mato Grosso, considerado desprotegido militarmente, tornou-se alvo a ser atingido, para nele implementar projetos que garantissem coincidir as fronteiras políticas com as fronteiras econômicas”.

[...] a decisão de interferir na região pautava-se na política de nacionalização das fronteiras. A existência de uma empresa mais estrangeira do que nacional na área fronteira pode ter sido um dos motivos para que o Governo Federal decidisse pelo fim do arrendamento das terras ervateiras, pois manter uma empresa considerada estrangeira numa fronteira desprotegida militarmente era para preocupar qualquer governante. Contudo, tratando-se de um governo nacionalista, como o de Vargas, se pode ter uma ideia acerca da elaboração do plano governamental Varguista para tirar as possibilidades de renovação da concessão à Matte e povoar a área por meio da colonização estatal [...] (OLIVEIRA, 2013, p. 22-23).

Para efetuar sua política de colonização na região fronteira, Getúlio Vargas dispôs da criação das Colônias Agrícolas, dentre elas, a Colônia Agrícola de Goiás – CANG, criada em 1941, e a Colônia Agrícola de Dourados – CAND, criada em 1943, as quais tiveram maior relevância na região. Freitas e Mello (2014, p. 472) confirmam: “[...] o Estado, por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), difundiu o discurso da Marcha para o Oeste, até sua materialização por meio das Colônias Agrícolas Nacionais (CAN).

O ideário nacionalista de Getúlio Vargas teve nas Colônias Agrícolas o suporte do programa Marcha para Oeste, ademais, por meio desse programa o governo Vargas lançou a “ideia de difundir um novo Brasil em meio às dificuldades econômicas da sociedade e teve muito êxito entre os milhões de desempregados”, que veio a calhar com o programa, no objetivo de integrar a região Centro-Oeste (SILVA, 2016, p. 31). Os fundos territoriais eram vistos como espaços a ser conquistados, atraindo grande contingente populacional, diminuindo os inchaços e conflitos sociais e econômicos presentes nas cidades das outras regiões (SILVA, 2016, p. 31).

Teixeira e Hespanhol (2006) afirmam que as colônias atraíram um considerável número de pessoas para o Centro-Oeste (como objetivava o governo). Mas, apesar da atração de um grande contingente populacional a região apresentava pouca (ou quase nenhuma) infraestrutura, o que dificultava a ligação com os centros econômicos.

Como já dito, as colônias agrícolas objetivavam a ocupação da região Centro-Oeste, sendo desdobramento do programa “Marcha para o Oeste”. A respeito da CANG, a primeira colônia agrícola, Freitas e Mello (2014, p. 472) asseveram: “[...] o Estado de Goiás foi incorporado a esta dinâmica, pois estava destinado a desempenhar papel relevante na chamada Marcha para o Oeste, pensada para redefinir a lógica produtiva em escala nacional”.

Com o objetivo de colonizar a região, a CANG também visava tornar o modelo de agricultura moderna. Para tanto, o artigo 6º do Decreto Federal nº 3.059 reza que previa na colônia uma estrutura agrícola que capacitasse os colonos, e o art. 8 do mesmo Decreto³, também estabelecia a criação de escolas primárias para a alfabetização de crianças (FREITAS e MELLO, 2014).

Na sede da colônia será fundado um aprendizado agrícola destinado a ministrar aos filhos dos colonos construção rural adequada, dotado de oficinas para trabalhos de ferro, madeira, couro, etc., onde os colonos e seus filhos farão aprendizagem desses misteres necessários ao homem rural (BRASIL, 1941).

Os Decretos do Governo Federal citados evidenciam seu objetivo de colonizar, integrar e tornar produtiva a região Centro-Oeste, principalmente, no que tange à agricultura. Freitas e Melo (2014, p. 478) afirmam que “o objetivo fundamental da CANG era colonizar a área, tornando-a uma região de agricultura moderna em relação aos modelos agrícolas existentes”. A partir daí é possível identificar os primeiros traços de interesse numa agricultura moderna e tecnificada, que viria a se realizar na década de 1960 no país e, especificamente no Centro-Oeste, na década de 1970.

O Decreto Federal nº 3.059 reafirma o interesse do governo em colonizar a região com pessoas aptas para a agricultura, daí compreendemos porque as potencialidades da região Centro-Oeste estão sempre relacionadas a terra, um processo construído historicamente.

Os lotes rurais serão concedidos a cidadãos brasileiros maiores de 18 anos, que não forem proprietários rurais e reconhecidamente pobres, desde que revelem aptidão para os trabalhos da agricultura e se comprometam a residir no lote que lhes for concedido (BRASIL, 1941).

Freitas e Mello (2014) destacam que a CANG repercutiu positivamente, para tanto foi necessário o cumprimento de exigências estabelecidas no Decreto citado anteriormente. Com destaque para as exigências contidas no artigo 24, do Decreto-Lei Nº 3.059, de 14 de fevereiro de 1941, não sendo permitido:

- a) deixar de cultivá-lo dentro dos prazos estabelecidos para cada colônia, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado, à juízo da administração da colônia;
- b) desvalorizar o lote, explorando matas sem o imediato aproveitamento agrícola do solo e o respectivo reflorestamento, em desacordo com o plano previamente aprovado;
- c) por sua má conduta tornar-se elemento de perturbação para a colônia.

Tais exigências eram necessárias, pois, de acordo com Freitas e Mello (2014, p. 481) “[...] a produção do território deveria caminhar em consonância com o discurso do Estado”, ou seja, era preciso controle e ações que caminhassem para a colonização produtiva da colônia/região”.

Também no intuito de colonizar e integrar o Centro-Oeste se destacou a Colônia Agrícola de Dourados – CAND, criada pelo Decreto Lei nº. 5.941 de 28 de outubro de 1943 e instalada em janeiro de 1944, cuja criação ansiava a colonização da fronteira e sua integração ao território Nacional.

Semelhante ao processo de criação da CANG, a CAND também tinha algumas exigências quanto à doação de lotes na colônia, como exposto por Silva (2016, p. 37):

“[...] o interessado deveria se enquadrar em alguns critérios estabelecidos pelo governo, como ser cidadão brasileiro acima de 18 anos, ser pobre, ter aptidão para o trabalho no campo e possuir família numerosa (a preferência era para famílias com pelo menos cinco filhos)”.

As migrações para a Colônia Agrícola de Dourados se intensificaram, prioritariamente, com migrantes nordestinos, paulistas, mineiros e paranaenses se instalando na colônia e produzindo para o mercado local e regional.

A instalação da CAND contribuiu para a chegada de migrantes interessados em lotes e em se estruturar economicamente e socialmente na região, afinal, o governo Vargas disseminava na mídia que o Centro-Oeste oferecia condições de crescimento econômico para quem se aventurasse a desbravá-lo. As migrações contribuíram para a instalação de infraestrutura na região: estradas, escolas, rede elétrica, etc, serviços básicos para a manutenção do bem viver.

“[...] brasileiros cada vez mais envolvidos com a propaganda varguista passavam a saber do então Sul de Mato Grosso e se instalavam nessas áreas ditas “ainda não colonizadas”. Boa parte veio por interesses econômicos; outros tantos, em busca de um pedaço de terra, influenciados pela propaganda promovida pelo governo (MOREIRA, 2015, p. 38).

A política de Getúlio Vargas era pautada na pequena propriedade familiar e na mão de obra familiar. Silva (2016) discursa sobre reordenamento regional gerado pela política integracionista do território no governo de Vargas:

A atuação do governo Vargas, com a política de integração territorial e de industrialização, reestruturou o território regional que passou a ter, na pequena propriedade familiar, fruto de projetos de colonização, um elemento de reordenamento regional. É importante ressaltar que, diferente do extrativismo da erva-mate, que não se manteve competitivo no cenário internacional, a atividade da pecuária bovina não se desfez paralelamente às mudanças nas relações sociais que reconfiguraram tanto o território como as atividades econômicas regionais, pautadas, agora, numa política que visava anexar essa região ao circuito produtivo nacional como produtora de matéria-prima e consumidora de produtos industrializados (SILVA, 2016, p. 38).

Apesar do homem do campo, o trabalhador rural, sempre estar em destaque, nas falas de Getúlio Vargas, isso era apenas estratégia para atrair um intenso fluxo migratório para a região fronteira. O seu objetivo era atender os interesses do capital industrial e

desenvolver o capitalismo no Brasil, “projeto este que, na prática, atendia muito mais à classe industrial ascendente do que aos trabalhadores que, nos discursos de Vargas, eram tratados como o centro das atenções” (OLIVEIRA, 1999, p. 39-40).

Dialogando com a autora Oliveira (1999), citamos o Plano de Metas (1957-60) do governo de Juscelino Kubistchek, também visando à integração do interior do país. Para tanto, a construção de rodovias foi ponto alto do Plano de Metas, afinal, com a industrialização intensa na década de 1960, eram necessárias rodovias que ligassem a região Centro-Oeste aos mercados nacionais, sobretudo, ao sudeste. O governo objetivava que o Centro-Oeste tornasse produtor de matérias primas para as indústrias, além de também serem mercados consumidores dos produtos industrializados (KUDLAVICZ, 2010).

A CRIAÇÃO DE SUPERINTENDÊNCIAS, LEIS, DECRETOS, PROGRAMAS E PLANOS PARA ORIENTAR A OCUPAÇÃO PRODUTIVA DA REGIÃO

Visando a ocupação econômica do Centro-Oeste, a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), criada em 1 de Dezembro de 1967, substituiu a Fundação Brasil Central. A SUDECO planejou e desenvolveu políticas públicas que objetivavam a ocupação da região.

Estas ações, entre outras dirigidas pela SUDECO, contribuíram para a reorganização econômica de Mato Grosso, principalmente pela infraestrutura criada. A construção das BR'S 364 e 163 viabilizou o fluxo de mercadorias e pessoas no Estado. Desta maneira, ao longo da BR-163, grandes grupos econômicos ligados à produção agrícola se instalaram e, conseqüentemente, houve crescimento demográfico e surgimento de municípios provenientes de projetos de colonização (MELO, 2014, p. 32).

Teixeira e Hespanhol (2006) destacam os programas inseridos no I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) e II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), como relevantes para a configuração da região Centro-Oeste. Os planos visavam o desenvolvimento agropecuário do país, transformando as propriedades rurais em empresas rurais, com aplicação de tecnologia, ou seja, a indústria no campo.

O objetivo é levar a capacidade empresarial, que já se mostrou apta a desenvolver a indústria e outros setores urbanos, à atividade agropecuária nacional. Através da ampla disseminação da empresa rural – pequena, média e grande -, principalmente pelo apoio financeiro e fiscal do Governo, melhor se equacionarão problemas como o de induzir ao uso de projetos, de levar em conta os cálculos de rentabilidade e estímulos de preços, de empregar mais moderna tecnologia, considerando a relação entre preços de insumos e de produtos (BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 1975, p. 43).

Dentre os programas que tiveram relevância está o POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados, criado em 29/01/1975, pelo decreto nº 75320, cujo objetivo era o desenvolvimento das atividades voltadas à agropecuária. Melo (2014) afirma que o avanço da agricultura “moderna” é resultado das políticas públicas administradas pela SUDECO, que contribuiu significativamente para expansão capitalista nos campos da região.

A expansão capitalista no campo em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul fez surgir um “novo” modelo de agricultura com características de moderno, coexistindo com o “velho” latifúndio. No entanto, ambos os modelos apresentam intensas contradições em seu desenvolvimento unindo o velho e o novo (MELO, 2014, p. 32).

Dentre outros programas que tiveram relevância na ocupação do Centro-Oeste estão: PLADESCO (Plano de desenvolvimento Econômico e Social para o Centro-Oeste), PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados), PRODOESTE (Programa de desenvolvimento do Centro-Oeste).

A criação de inúmeros programas na intensão de tornar produtiva a região acentuou conflitos já existentes, além de emergir conflitos relacionados ao meio-ambiente. Os recursos oriundos dos programas federais, na maioria das vezes, eram destinados ao grande produtor rural, intensificando a concentração fundiária. E o dito desenvolvimento dos cerrados, em suma, o destruiu, pois “[...] considerava-se que o cerrado não servia para nada, a não ser para o uso como lenha, desconsiderando-se toda a sua riqueza biológica” (TEIXEIRA; HESPANHOL, 2006, p. 61). A busca desenfreada pela ocupação produtiva da região Centro-Oeste (mais uma vez: produtiva do ponto de vista da agricultura capitalista) destruiu grande parte do bioma de Cerrado sem ao menos terem sido feitos estudos sobre a vegetação, relevo, hidrografia, clima, fauna.

Frederico (2008, p. 36) evidencia alguns fatores que foram determinantes para expansão da agricultura moderna no Cerrado; “a grande presença de terras com topografia plana e solos profundos, propícias à mecanização, uma boa disponibilidade pluviométrica, concentrada em um determinado período do ano, e grande luminosidade”.

Além da criação de programas voltados para a viabilização desta ocupação produtiva do Cerrado, Frederico (2008, p. 37) ressalta o apoio do Governo Federal no que tange ao apoio técnico na produção, as políticas criadas visando o desenvolvimento regional. “Através de instituições como a Embrapa e a Emater, foram criadas novas variedades de plantas (principalmente soja), adaptadas às menores latitudes dos cerrados, e oferecia assistência técnica aos produtores”.

Abreu (2003) elucida sobre a quantidade de recursos distribuídos para as pequenas, médias e grandes propriedades: as propriedades de áreas até 100 ha receberam apenas 0,38% do crédito liberado e propriedades maior que 500 ha tiveram mais de 60% dos projetos aprovados; esses números retratam que os programas do governo federal priorizaram as grandes propriedades, intensificando a concentração fundiária, traço característico no campo mato-grossense, excluindo os pequenos produtores do processo.

Nesse sentido, a política de financiamento do programa distribuía os créditos de forma crescente e correspondente ao tamanho da propriedade. Maior a área, mais recursos. Por exemplo: as áreas com menos de 100 há, tiveram apenas 2,2% dos projetos aprovados, tendo recebido apenas 0,38% do crédito liberado, enquanto 60% dos projetos aprovados eram de propriedades com mais de 500 ha, que concentraram cerca de 77% do crédito disponibilizado. O resultado dessa política foi que de 1975 a 1980, foram incorporados cerca de 915.000 há, apenas em território do atual Mato Grosso do Sul, para produção exclusiva de soja e boi, com supremacia da pecuária. Nessa unidade da federação apenas 6,6% da área incorporada foi ocupada com lavouras nos programas do POLOCENTRO – Campo Grande/Três Lagoas e Bodoquena -, quanto às pastagens ocuparam 93%%. (ABREU, 2003, p. s/nº).

A ocupação da região Centro-Oeste foi uma apropriação do território, dos recursos e de mão-de-obra para a reprodução ampliada do capital. Era preciso inserir a região no modelo produtivista instalado em grande parte do país. Os incentivos creditícios foram de suma importância para transformar o processo produtivo.

O território brasileiro foi envolvido por um movimento que, paulatinamente, buscou atender às novas demandas de um sistema produtivo em processo de modernização. Portanto, as relações de poder constituídas foram reestruturadas por agentes políticos e econômicos inseridos na gestão desta dinâmica (FREITAS; MELLO, 2014, p. 472).

O uso de novas técnicas e tecnologias na agricultura ocorreram em associação com o discurso de modernidade e produtividade, almejados ainda na Revolução Verde, com afirmações de que o pacote tecnológico acabaria com a fome e a miséria no país. Instalou-se no campo brasileiro um modelo de agricultura já existente, porém travestido de algo novo e moderno, o agronegócio. Mas na realidade este modelo de produção agrícola existe no país há séculos. E embora, seja disfarçado de modernizador e de solução para os conflitos sociais do país, na verdade, ele acentua os conflitos já existentes.

Nas décadas de 1960 e 1970, o modelo agrário imposto ao campo brasileiro imprimia uma nova velocidade do tempo, no campo, se tonando cada vez mais semelhante à velocidade do tempo da cidade, devido à industrialização da agricultura.

Com a emergência de um espaço progressivamente tecnificado, ocorreu à transição de um meio natural para um meio técnico, proporcionando uma sobreposição entre os tempos naturais e os humanizados. A implantação de objetos técnicos no território promoveu uma superação gradativa das limitações impostas pelo meio natural, alterando as referências temporais e espaciais vigentes nos processos produtivos (FREITAS; MELLO, 2014, p. 472).

A modernização da agricultura brasileira, embora, se apresente como moderna, com o novo nome de “agribusiness”, para dar sustentação ao engodo, de nova nada tem, permanecendo as velhas práticas e relações, numa estrutura fundiária calcada no latifúndio exportador. O novo dessa agricultura capitalista (agronegócio) se apresenta nas técnicas; equipamentos e insumos químicos. Mas, a produção é a mesma do período colonial: a produção de bens primários para exportação.

Embora, o processo de modernização da agricultura tenha acontecido nas décadas de 1950 e 1960 no Brasil e não tenha sido homogêneo no território brasileiro, no estado de Mato Grosso do Sul ele se efetivou na década de 1970, quando o estado ainda integrava o Mato Grosso, pois foi em 11 de outubro de 1977 que Mato Grosso do Sul se tornou independente, ou seja, o Estado “nasceu” no auge do desenvolvimento da agricultura capitalista, via modernização da agricultura.

A REPRESENTATIVIDADE DA ATIVIDADE PECUARISTA EM MATO GROSSO DO SUL

No estado, sempre foi característico as extensas propriedades de gado, sendo a atividade pecuarista tradição no estado. Contudo, nota-se que em boa parte das propriedades é usado o gado para forjar a função social da terra, exigida na Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, Baratelli e Mariano (2019, p. 4) confirmam:

No Mato Grosso do Sul a pecuária extensiva é predominante até os dias atuais e a criação de gado para corte foi justificativa para a concentração fundiária no estado. A criação de rebanhos bovinos serviu aos latifundiários como tentativa de forjar a função social da terra, prevista na Constituição Federal de 1988, portanto, além de servir ao corte o gado também ilustrou os grandes pastos de terra concentrada.

A pecuária bovina tem relevância não só no estado do Mato Grosso do Sul, mas no Brasil como um todo, exercendo importante papel na expansão econômica, seja no setor de exportações ou no abastecimento do mercado interno, desde o século XVI. “A pecuária bovina tornou-se fenômeno de âmbito nacional, estando presente em todos os Estados da Federação, apesar de irregularmente distribuída. (TEIXEIRA; HESPANHOL, 2014, p. 29)”.

A atividade de pecuária ocorreu em todo o território Brasileiro, mas não de forma homogênea. E na década de 1960 ela se expandiu para o Centro-Oeste, com crescimento significativo da produção na região, se destacando o Estado de Mato Grosso do Sul (TEIXEIRA; HESPANHOL, 2014).

É preciso contextualizar que na ocupação do Mato Grosso do Sul (antigo Mato Grosso), os incentivos governamentais contribuíram para atrair diversos imigrantes para a região, isso atrelado a um estado com altíssimos níveis de concentração fundiária corrobora com a prática da pecuária para corte. Contextualizando que a atividade de pecuária para corte ocorre, principalmente, nas grandes propriedades, constituindo o estado de Mato Grosso do Sul um excelente lugar para esta atividade.

No sul de Mato Grosso (MT), a ocupação das terras pelos não índios teve início a partir do século XIX com a delimitação das posses de terras pelos portugueses e espanhóis. Mais tarde, a Região Sul de MT passou a ser atrativa para as atividades de agricultura e pecuária desenvolvidas por gaúchos, paranaenses, paulistas da Região Noroeste de São Paulo, paraguaios e imigrantes estrangeiros (DOMINGOS; THOMAZ JÚNIOR, 2012, p. 142).

Nesse contexto, a pecuária se constituiu como importante atividade para a economia do estado. As extensas propriedades de gado são marca registrada na cultura sul-mato-grossense, as músicas ligadas ao homem sertanejo, as vestimentas do homem que trabalha com o gado, além das festas de rodeio são tradições no estado, exemplificando a presença do agronegócio não só na economia, mas também na cultura de Mato Grosso do Sul.

Contudo, além da atividade pecuarista, se destacam no estado as produções ligadas aos monocultivos da cana-de-açúcar, soja e eucalipto. Mato Grosso do Sul se tornou um “paraíso” para as práticas ligadas ao agronegócio, pois o governo disponibilizou largos créditos aos grandes produtores, na década de 1970, mantendo a estrutura fundiária do estado entre as mais concentradas do país. Para essas culturas serem lucrativas, é necessária a produção em larga escala, em extensas áreas, dessa forma, um estado com terras concentradas é o lugar propício para tal investimento.

Foi à política desenvolvimentista do estado brasileiro, que objetivava a ocupação produtiva dos cerrados do Centro-Oeste, que consagrou a estrutura concentrada via crédito federal, além de propiciar a territorialização do agronegócio no estado. Fabrini (2008, p. 54) alerta que “[...] a estrutura fundiária altamente concentrada deve-se ao processo de ocupação das terras, ou seja, quando o estado promoveu a transferência/venda de grandes áreas de terras públicas para proprietários fundiários”.

A territorialização do agronegócio no campo sul-mato-grossense ascendeu através da aliança terra-capital e as terras concentradas, a política de incentivo de crédito, os movimentos sociais desarticulados, ambos contribuíram para que empresas ligadas ao agronegócio se estabelecessem no estado fazendo perpetuar a concentrada estrutura fundiária e lucrarem com esta estrutura agrária.

[...] nessa terra do boi, da soja e agora do eucalipto, símbolos do agronegócio, a aliança dos capitalistas com proprietários de terra também perpetuou a presença viva e atuante de estruturas do passado. Aliança essa de longa duração porque representa um pacto de classes para coadunar interesses e bloquear a divisão da terra, o que faz que nossa questão agrária continue um problema nacional, político e de classe (ALMEIDA, 2011, p. 109).

A CHEGADA DO EUCALIPTO NO ESTADO COM A PROMESSA DA CHEGADA DA MODERNIDADE

Nesse cenário de intensa territorialização do agronegócio, apoiado pelo Governo Federal, tem a entrada do eucalipto e pinus no campo sul-mato-grossense, em 2007. A intenção de produzir eucalipto no estado de Mato Grosso do Sul remonta a década de 1970, quando o estado era pertencente ao Mato Grosso (KUDLAVICZ, 2010).

A porção Sul de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul, apresentava aspectos que a tornava ideal para a produção da silvicultura, Lopes (2016) destaca as razões pela qual o atual Mato Grosso do Sul se apresentou como propício ao plantio de eucalipto:

[...] abundância de água, vastas extensões territoriais dispostas nas mãos de poucos proprietários (concentração fundiária historicamente intensa, constante e uniforme), um número ainda maior de terras devolutas, pluviosidade média anual, solos, clima, aeração e insolação favoráveis, políticas públicas voltadas à ocupação do oeste brasileiro, mediante isenções fiscais, concessão de vultosos créditos etc (LOPES, 2016, p. 31-32).

Mato Grosso do Sul, localizado geograficamente em áreas de cerrado, se tornou (metaforicamente) a “menina dos olhos” do agronegócio. Dentre os inúmeros aspectos citados por Lopes (2016), há um não citado e que se destaca: o seu relevo, repleto por chapadas e chapadões. As áreas de chapadas e chapadões tem extrema importância para os empresários do agronegócio. Porto-Gonçalves (2004) expõe o significado que as áreas de relevo plano têm para o agronegócio:

“[...] terras planas, significam custos energéticos menores. Essa é uma regra geral do espaço agrário brasileiro, onde a grande exploração comercial, quase sempre de exportação, ocupa áreas de topografia mais plana ou suavemente ondulada (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 221).

Além dos aspectos físicos, o econômico também desperta o interesse dos grandes empresários ligados ao agronegócio, em firmar seus negócios em Mato Grosso do Sul. As políticas públicas, especialmente as creditícias, são atrativas a esses empresários. Kudlavicz (2010) destaca a Lei de nº 5.106 de 1966, que concedia incentivos fiscais a empreendimentos florestais. O autor ressalta que foram os incentivos do POLOCENTRO que contribuíram significativamente para o plantio de eucaliptos e pinus; a produção de eucalipto deu um salto crescente de 1.597,08 hectares para 6.040,33 hectares em 1981, porém, em 1982 os números chegam a 830,00, estando essa queda brusca relacionada ao fim dos incentivos fiscais. Os números confirmam a ideia do autor de que o aumento está relacionado ao crédito ofertado pelo Governo Federal, que teve drástica redução na década de 1980.

Dentre estas políticas territoriais, mereceu destaque a política desenvolvimentista do governo militar dos anos de 1960 quando são formuladas políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento dos cerrados com a criação do POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) e do PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para Desenvolvimento dos Cerrados (COSTA, 1988). E, mais recentemente, na década 1990, aprofunda-se por meio do Fundo Constitucional para Financiamento do Centro-Oeste (FCO). (KUDLAVICZ, 2010, p. 23).

As inovações tecnológicas e as extensas áreas “ociosas”, fruto do modelo agropecuário instalado no Mato Grosso do Sul, apontaram para o monocultivo de eucalipto e pinus como o “negócio” do momento e mais uma vez a terra sendo tratada como instrumento para a geração de lucro (LOPES, 2016).

Contudo, havia grandes expectativas quanto à produção de eucaliptos e pinus. Objetivava a formação de um grande complexo agroindustrial territorial de “eucalipto-celulose-papel no chamado “corredor”, que vai de Três Lagoas à Campo Grande, passando por Água Clara e Ribas do Rio Pardo”, no atual Mato Grosso do Sul (LOPES, 2016, p. 33).

Esse mesmo autor afirma que embora houvesse expectativas sobre a formação do complexo, além de créditos públicos fartos e isenções fiscais, “não se deu a instalação do referido complexo agroindustrial territorial eucalipto-celulose-papel”, por razões desconhecidas, contudo, ele pontua evidências que podem ser as causas pelas quais o projeto não despontou: “os mercados financeiros globais somente foram unificados em 1986 e o mercado de créditos de carbono, criado em 1998, apenas começou a operar em fevereiro de 2005, conforme o protocolo de Kyoto” (LOPES, 2016, p. 36).

O autor ainda complementa que a falta de logística para escoamento também pode ter sido alguns dos motivos do complexo não ter ocorrido naquele período. Essa ausência de logística para escoamento da produção se explica pelo fato que, na década de 1970, se inicia os primeiros traços de mudanças na base técnica da agricultura, fruto da Revolução Verde, mudanças financiadas pelo governo por meio de largos créditos públicos que atraíram fluxo migratório, impulsionando a ocupação no Sul do então Mato Grosso, contudo, a infraestrutura de estrada e rodovias para transporte ainda era deficitária.

A partir de meados da década de 1970, as transformações ocorridas na agricultura em âmbito nacional, começaram a atingir a região Centro-Oeste. A atividade agropecuária se expandiu grandemente, apresentando uma considerável modernização dos processos produtivos (TEIXEIRA; HESPANHOL, 2006, p. 57-58).

O projeto do complexo agroindustrial territorial eucalipto-celulose-papel não foi realizado, e o plantio de eucalipto e pinus diminuiu drasticamente na década de 1980, fruto do alto corte nos créditos.

De acordo com Kudlavicz (2010) a produção do ano de 2018, mostra que o Mato Grosso do Sul se despontou como o segundo estado com maior número de hectares

plantados, somando 1.121.914 hectares, sob o discurso de que ele tem “vocação florestal” para a silvicultura de eucalipto, sobretudo na mesorregião leste do estado.

Como resultado dessa política de ocupa o do cerrado na década de 1970, através de amplo financiamento público e de vantagens fiscais, temos o início da “eucaliptiza o” da Microregi o de Três Lagoas culminando na retomada e aprofundamento no século XXI. A o essa encaminhada sob o manto da “voca o florestal” (KUDLAVICZ, 2010, p. 49).

Contudo, no século XXI o eucalipto voltou a ser destaque no campo sul-mato-grossense, prioritariamente na região Rural do Bols o⁴. Kudlavicz (2010) atenta sobre como a silvicultura de eucalipto gerou altera es no uso e ocupa o das terras desse território, que seguiam a lógica da acumula o capitalista, daí a expansão do plantio de eucalipto no estado e nos municípios que constituem o território Rural do Bols o.

Esta região de planejamento do Mato Grosso do Sul segue a lógica agrária presente em todo o estado e no país, com uma estrutura fundiária concentrada, decorrência da forma como a terra foi institucionalizada na região. Lopes (2016, p.16) conclui que “terra   poder e quem a possui, s  a possui porque precede em recursos, sejam eles econômicos, políticos, tecnológicos, enfim”.

O Estado de Mato Grosso do Sul tem estrutura fundiária concentrada, justamente pelo processo histórico de apropria o capitalista da terra, fortemente ligada ao latifúndio da pecuária extensiva e, nos últimos tempos, ao avanço do agronegócio da soja, da cana e do eucalipto (NARDOQUE et al, 2014, p. 5).

Lopes (2016, p. 46) elucida o cerco que foi estabelecido para que o sonho papelero, projetado ainda na década de 1970, se efetivasse no século XXI, para tanto houve:

“[...] investimentos da ordem de bilhões de reais, opinião popular bem trabalhada pelo marketing, políticos e empresários encabeçando o lote de progresso, desenvolvimento e sustentabilidade, enfim, o cenário em meados de 2000 era, definitivamente, outro”.

E de fato, o empreendimento aconteceu no século XXI com toda “pompa” que requer um investimento bilionário. Três Lagoas, popularmente conhecida como “cidade das águas” devido   proximidade com grandes rios da Bacia Hidrográfica do Alto Rio Paraná, foi escolhida para sediar a instala o de duas fábricas nacionais de celulose: Suzano (antiga FIBRIA) e Eldorado.

A explica o sobre a escolha por Três Lagoas para sediar tamanho investimento   alegada pelas condi es edafoclim ticas⁵, que possibilitaram a produ o de eucalipto, para pasta de celulose, com crescimento em até sete anos (eucalipto da Austrália)

(LOPES, 2016). Mas também é determinante para a escolha do lugar de instalação das fábricas, se no lugar em questão há a organização de movimentos sociais⁶ em oposição a empreendimentos que possam causar algum dano social ou ambiental para a região. Contudo, no Mato Grosso do Sul, sobretudo no município de Três Lagoas, a articulação de movimentos sociais dessa tipologia é fraca (para não dizer inexistente).

A expansão das monoculturas com seis agroecossistemas altamente simplificados e, por isso mesmo, altamente dependentes de energia de fora está se dando nesse momento sobre áreas de florestas tropicais e de savanas (cerrados no Brasil). Assim, regiões de alta produtividade biológica primária, como a Amazônia, estão sendo transformadas em áreas importadoras de matéria e energia. Manter elevada a produtividade em regiões de sistemas complexos como as regiões tropicais exige uma permanente importação de energia solar diariamente renovada, haja vista serem as regiões tropicais aquelas que mais dispõem de energia solar. O balanço energético para essas regiões e seus povos é, assim, necessariamente negativo, o que contribuiu decisivamente para manter a dependência dessas áreas, em si mesmas tão ricas em energia, em diversidade biológica, em recursos hídricos e em diversidade cultural, submetidas aos ditames do complexo oligárquico financeiro aliado ao da agroindústria, com riscos sérios não só para essas regiões, mas para a humanidade e o planeta como um todo, por sua necessária ineficiência energética (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 231).

A produção de eucalipto em Três Lagoas se destaca dentre os outros municípios da mesorregião leste de Mato Grosso do Sul, que também contém plantio de eucalipto relevante. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Três Lagoas lidera o ranking do plantio de eucalipto, sendo 263.000 hectares de área plantada em 2018, inclusive, ficando a frente de municípios de Minas Gerais, estado que lidera com maior número de plantio por hectares no Brasil, sendo 1.966.626 de hectares plantados.

A Tabela 1 evidencia o destaque de Três Lagoas no monocultivo:

Tabela 1. Ranking dos cinco municípios com maiores áreas plantadas de eucalipto em hectares no Brasil.

Posição	Município	Hectares
1ª	Três Lagoas (MS)	263.000
2ª	Ribas do Rio Pardo (MS)	216.000
3ª	Brasilândia (MS)	125.000
4ª	João Pinheiro (MG)	109.480
5ª	Selvíria (MS)	88.000

Fonte: BARATELLI, A. E. S. (2019).

Três Lagoas tem papel importante na produção da silvicultura de eucalipto como evidenciou a Tabela 1. Esta atividade monocultora demanda extensas áreas para a sua reprodução ser lucrativa, sendo assim, um estado com estrutura fundiária concentrada é perfeito para a territorialização do agronegócio, atrelado a isso, o estado brasileiro financiou os recursos que beneficiavam a instalação deles no território sul-mato-grossense,

Além das heranças oligarcas do estado, outras questões são importantes a serem consideradas para relacionar as amenidades cedidas à expansão do eucalipto. As políticas públicas do Estado para a mecanização do campo e desenvolvimento agrícola também motivaram a concentração fundiária e a “vocação” aos monocultivos (BARATELLI, 2019, p. 44).

O contexto histórico de Mato Grosso do Sul e, conseqüentemente, de Três Lagoas, propiciaram o cenário agrário para a territorialização do agronegócio com o monocultivo de eucalipto. A modernização (conservadora) da agricultura, a terra concentrada, os incentivos fiscais e creditícios para uma pequena parcela de produtores (os grandes produtores, ressalta-se) contribuíram para que as grandes áreas de cerrado repletas de riqueza e diversidade biológica dessem vez ao “mar” de eucalipto que se formou na mesorregião leste de Mato Grosso do Sul.

A monocultura chegou, assim, aos grandes sertões e com ela a homogeneização de uma região que se caracterizara por sistemas de uso múltiplo dos recursos naturais, de manejo de uma enorme riqueza de diversidade biológica que essas populações camponesas, indígenas, de afrodescendentes, de geraizeiros, catingueiros, vazanteiros, retireiros (Araguaia) tornaram possível que chegasse aos nossos dias com um diversificado acervo como patrimônio cultural (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 222).

É notada que a silvicultura de eucalipto na mesorregião leste, alterou por completo a dinâmica estabelecida há décadas na região, onde era predominante a atividade pecuarista, especialmente em Três Lagoas, conhecida tradicionalmente pelas extensas fazendas com as incontáveis “cabeças” de bois, expressão popular na região para se referir ao gado bovino.

As propriedades rurais de Mato Grosso do Sul, conhecidas tradicionalmente pela atividade pecuarista de gado para corte, na década de 2010, deram vez ao “mar” de eucalipto, as oligarquias agrárias deram espaço para aos empresários do agronegócio, e as poucas áreas restantes de cerrado, estão sendo destruídas para o plantio de eucalipto. As comunidades tradicionais e locais de pequenos produtores foram mais uma vez “varridos” para a cidade e os que permaneceram na terra seguem sem apoio e suporte do governo local e estadual.

Kudlavicz (2010)⁷ denuncia:

Por conseguinte, na esteira dessa expansão vai transformando a Microrregião num deserto verde como vem sendo entendido o monocultivo do eucalipto, destruindo o modo de vida camponês construído num processo histórico de longas décadas. É preciso dizer ainda que se trata de um modo de vida de relações sociais complexas e de difícil reconstrução em outro lugar (p. 77).

Embora o monocultivo de eucalipto tenha tomado espaço no cenário agrário de Mato Grosso do Sul, desde o final da década de 2000, há outros monocultivos espalhados pelo estado que tem relevância na economia sul-mato-grossense e que também merecem um olhar atento, principalmente sobre os seus danos ambientais e sociais.

Entre eles está à produção canavieira, presente no estado desde a década de 1970, porém, a produção não tinha representatividade neste período. A expansão desta cultura ocorre na década de 2000, decorrente dos grandes investimentos no setor sucroenergético (TEIXEIRA, 2015).

A TERRITORIALIZAÇÃO DO MONOCULTIVO CANAVIEIRO EM MATO GROSSO DO SUL

Semelhante à silvicultura de eucalipto, a produção canavieira levanta questionamentos quanto o seu modelo de produção, em âmbito econômico, social e ambiental. Para a produção dessa cultura ser lucrativa são necessárias extensas áreas (assim como na produção de eucalipto), o que ajuda a compreender a relevância dessa produção em Mato Grosso do Sul, pois, o estado possui índices altíssimos de concentração fundiária, permitindo, assim, a produção nas concentradas terras sul-mato-grossense.

No Brasil, o histórico da cana-de-açúcar decorre do período colonial, nos anos de 1530. Embora tenha sido no Nordeste o grande centro de produção, em Mato Grosso do Sul a expansão desse monocultivo se dá no final do século XX, com a expansão do Sudeste para o Centro-Oeste (TEIXEIRA, 2015).

Esse monocultivo é inserido em Mato Grosso do Sul na década de 1980, devido à criação do Programa Nacional do Alcool (Próalcool), em 1975 (DOMINGUES, 2011). Contudo, a produção canavieira do estado não era tão relevante no século XX, ocorrendo à expansão com maior ênfase no século atual.

Santos e Silveira (2001) ressalta que não houve totalmente um abandono da cana-de-açúcar do Nordeste, mas o surgimento de faixas dessa cultura organizadas graças a abundantes contribuições da ciência e criação de novas técnicas, especialmente no Sudeste e, posteriormente, no Centro-Oeste.

Castro et al. (2010, p. 175) estabelece em três ciclos a cana-de-açúcar no Brasil, sendo o primeiro ciclo marcado pela sua chegada na região Nordeste do país, o segundo ciclo caracterizado pela consolidação da cana no Centro-Sul e o terceiro refere-se ao avanço dela para

a região Centro-Oeste, iniciado nas primeiras décadas do século XXI “favorecido, como antes, por uma crise internacional ligada aos combustíveis, desta vez desencadeada pela demanda ambiental voltada à uma nova matriz energética, visando o controle do aquecimento global”.

O plantio canavieiro se desponta no século XXI, em Mato Grosso do Sul, se tornando o alvo de expansão no estado. Entre 1992 a 2007 o estado quase dobrou a sua produção canavieira, crescendo 167% (CASTRO et al., 2010, p. 175).

Em 2003 as áreas de cana-de-açúcar representavam 1,52% da área da bacia hidrográfica do Rio Ivinhema, num total de 70.509,20 ha. Já em 2015 esse número aumentou significativamente, ou seja, a cana-de-açúcar passou a representar 13,71% da área, 640.890,10 em hectares. A partir desses números, é possível ver o avanço da cana-de-açúcar no estado. Para dar consistência a nossa afirmação, apresentaremos dados da área plantada e área colhida da cana em Mato Grosso do Sul, a partir dos dados fornecidos pelo IBGE (Tabela 2).

Tabela 2. Área plantada e colhida de Cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul – Hectares.

	2003	2006	2009	2012	2015	2018
Área Plantada	120.534	152.747	285.993	558.664	546.099	680.611
Área Colhida	120.534	152.747	285.993	558.664	545.650	680.611

Fonte: IBGE (2020). Organização: Amanda Júlia de Freitas Mariano.

Os dados da Tabela 2 comprovam o avanço da cana-de-açúcar em Mato Grosso do Sul. Através dos dados de área plantada e colhida (em hectares), exposto na Tabela 2. É notado o avanço canavieiro desde o ano de 2003, representando 120.534 hectares de área plantada do monocultivo. Esses números continuam crescendo até o ano de 2012, quando a cana chega à marca de 558.664 hectares de área plantada, contudo, esse número cai para 546.099, uma pequena queda que dura pouco, pois, em 2018, esse número volta a subir, quando a cana passa a representar 680.611 hectares de área plantada no estado.

Domingues e Thomaz Júnior (2012) dialoga com Castro et al (2010), afirmando que o setor canavieiro em Mato Grosso do Sul só se destacou na década de 2000, pois o cenário político estadual no século passado era formado pela grande maioria de pecuaristas. O avanço da cana-de-açúcar teve protagonismo em âmbito nacional com a política brasileira de biodiesel do governo Lula (01/01/2003 a 01/01/2011).

O Programa Nacional do Biodiesel foi lançado em 2004, com o intuito de aumentar a produção e o uso de combustíveis renováveis, um apoio à causa ambientalista e social. Contudo, Azevedo e Thomaz Junior (2013, p. 38) alertam que agroindústrias canavieiras demonstram preocupação com a causa ambiental em termos institucionais, mas na realidade elas não cumprem com isso, pois, “estendem suas plantações até as proximidades das margens dos rios e matas ciliares, ou mesmo, quando atea fogo e derruba árvores seculares nas áreas arrendadas para facilitar suas atividades”.

O setor canavieiro está presente em diversos municípios de Mato Grosso do Sul, isso faz com que haja a atuação de grupos econômicos nacionais e internacionais, movimentando milhões de reais. Teixeira (2017, p. 86) aponta os principais grupos do setor sucroalcooleiro: “Odebrecht, Biosev e Adecoagro, com maior número de usinas instaladas”.

A escolha para a instalação desses empreendimentos vai muito além das condições edafoclimáticas, os incentivos fiscais e creditícios do governo estadual e local, a desarticulação dos movimentos sociais e ambientais, as terras com baixos preços, são fatores determinantes na escolha do local que sediará o empreendimento. Pereira et al. (2007) confirma:

Toda vez que um grande empreendimento pretende se instalar, um dos fatores que podem contribuir para a decisão do local desta instalação são os pacotes de incentivos fiscais e benefícios que são concedidos pelo poder públicos municipal, estadual e federal. Em alguns casos a corrida para atrair as empresas para seu território provoca certo tipo de guerra fiscal, que ocorre quando os estados passam a oferecer pacotes de incentivos cada vez mais atraentes na tentativa de trazer para si os empreendimentos. Para tanto, abrindo mão da arrecadação de receita, realizando doações, dentre outras formas. O interesse público na atração das empresas é explicado pelos benefícios sociais e econômicos que elas potencialmente representam, sendo a geração de empregos o principal deles (p.10).

Mato Grosso do Sul se insere em vários quesitos, se tornando atrativo para sediar esta produção. Entre os quesitos que tornam rentável a produção, está o baixo preço da terra no estado, o interesse dos governos locais, estadual e federal em fortalecer o setor canavieiro, além das condições edafoclimáticas, que permite a expansão da cana, além do relevo, com predomínio de chapadas e chapadões, que dinamizam o trabalho mecanizado (TEIXEIRA, 2017).

A atividade canavieira, no Mato Grosso do Sul e em outros estados do Centro-Oeste, tem tomado espaço de áreas onde antes era tradicional a atividade pecuarista ou de lavouras. Este fato decorre para a integração dessas áreas ao sistema produtivo de produção de commodities, consolidando o agronegócio canavieiro (CASTRO et.al., 2010).

Na década de 2000, no entanto, ocorreu forte expansão da cultura canavieira em Mato Grosso do Sul, principalmente na segunda metade dessa década, quando atingiu a sexta colocação nacional entre os estados de maior produção. As plantações de cana-de-açúcar avançaram sobre áreas de pastagens e em menor escala, sobre áreas de lavouras, conforme ressaltamos (TEIXEIRA, 2017, p. 85).

O agronegócio canavieiro é tão excludente quanto os outros monocultivos, pois, a sua base está firmada na “distinção produtiva, na adoção e, ao mesmo tempo, na subordinação de tecnologias de ponta, na produção em larga escala, na exploração dos recursos naturais e na monocultura voltada à exportação”. Como em todas as atividades

ligadas ao agronegócio, no setor canavieiro a terra é para negócio (DOMINGUES; THOMAZ JÚNIOR, 2012, p. 140).

A agricultura capitalista no Mato Grosso do Sul ressalta a histórica estrutura fundiária concentrada, tornando o estado um paraíso para a territorialização dos monocultivos do agronegócio, sendo a cana-de-açúcar um deles. A produção canavieira demanda extensas áreas, causando inúmeros danos ambientais, degradando os solos, a água, os recursos naturais, contribuindo para o desmatamento das poucas áreas remanescentes de cerrado.

Este modelo se mostra insustentável, perverso e excludente, onde uma minoria ganha milhões de reais em detrimento das populações locais e tradicionais, do meio ambiente, promovendo o “enfraquecimento da diversidade econômica e ambiental dos municípios, com a ocupação de áreas antes destinadas à agropecuária e ao plantio de alimentos básicos de produção camponesa” (FIGUEIREDO; SOUZA, 2016, p. 416).

A RELEVÂNCIA DO MONOCULTIVO DE SOJA EM MATO GROSSO DO SUL

Outro monocultivo tão relevante no campo sul-mato-grossense, quanto no campo brasileiro, é a soja. A alta demanda do grão, seja para a fabricação de rações animais ou alimentação humana, fez com que o cultivo desta cultura aumentasse consideravelmente nas últimas décadas. De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento do Brasil (CONAB), a safra da soja, entre 2014 e 2015, chegou a 96,2 milhões de toneladas, com Mato Grosso liderando a produção brasileira, representando 52,8% do total, enquanto Mato Grosso do Sul ocupa o 4º Lugar, totalizando 7,3% da produção do país.

Faccin (2017) expõe o avanço dos produtos *flex crops*, ou seja, as culturas flexíveis. Elas têm múltiplos usos, desde a alimentação humana até o uso industrial. A soja se apresenta como uma *flex crops*. A autora também traz outras vantagens que dão à soja a devida importância no cenário agropecuário, sendo eles: ciclo curto, possibilidade de alternância de culturas em um mesmo ano, troca da soja por outra cultura sem grandes prejuízos.

Outro motivo relevante pela expansão do cultivo de soja no país é anunciado por Goldfarb (2015), sendo a crise da pesca de anchova no Peru, pois, com o peixe se fazia a farinha proteica, exportada para Europa, e a seca na América do Norte suspendeu a exportação de soja também para a Europa. Ambos os acontecimentos contribuíram para o aumento no preço da soja, expandindo o cultivo do grão em países da América do Sul, dentre eles o Brasil.

Dentre todos os motivos que facilitaram o avanço da soja no país, é inegável o braço do Estado nesse empreendimento, por meio dos incentivos governamentais. Ao longo de toda a história do Brasil o Estado sempre foi financiador da agricultura capitalista, seja através de leis, decretos, incentivos fiscais e creditícios.

Para Santos e Silveira (2001, p. 118):

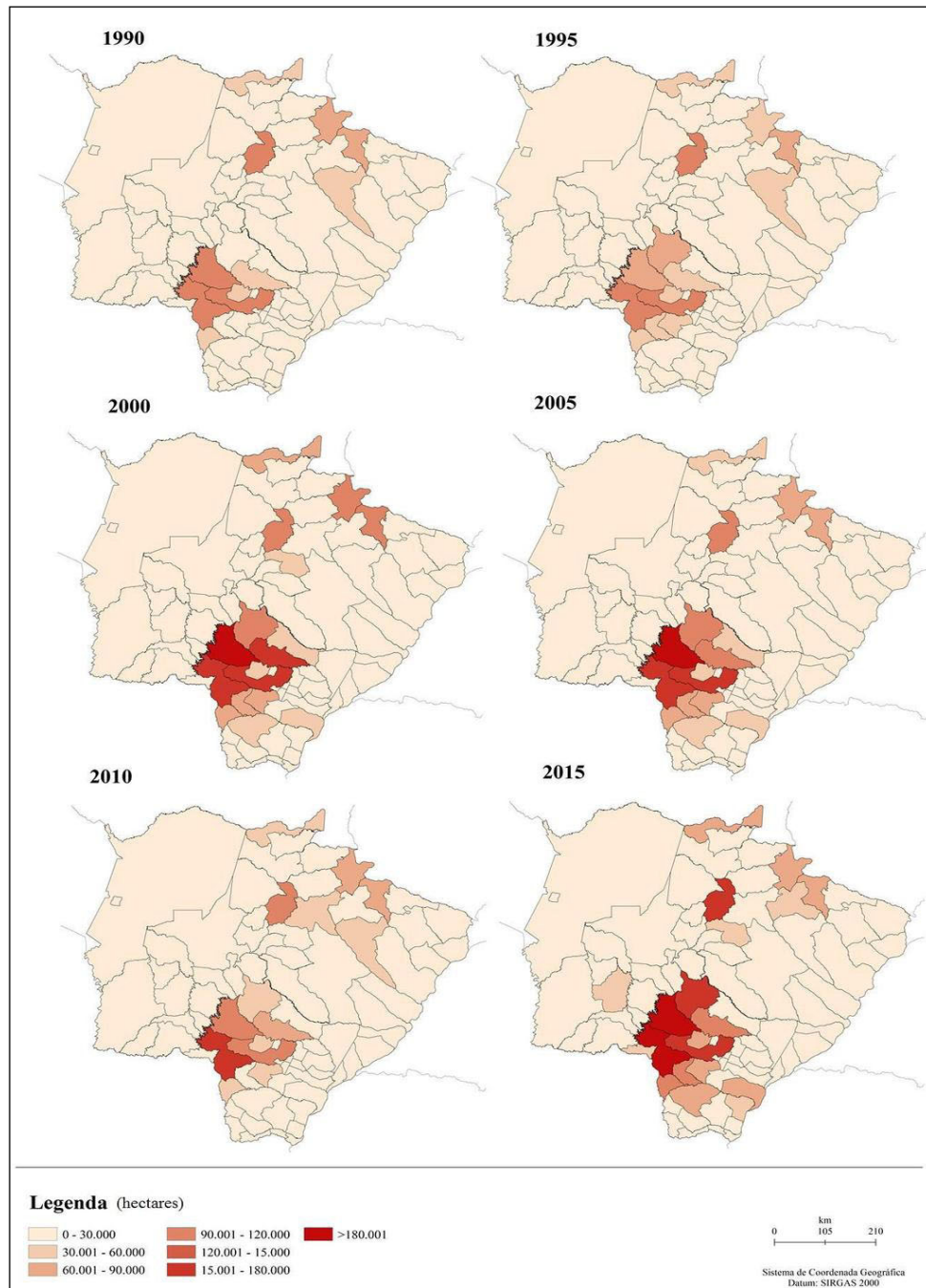
Inovações técnicas e organizacionais na agricultura concorrem para criar um novo uso do tempo e um novo uso da terra. O aproveitamento de momentos vagos no calendário agrícola ou o encurtamento dos ciclos vegetais, a velocidade da circulação de produtos e de informações, a disponibilidade de crédito e a preeminência dada à exportação constituem, certamente, dados que vão permitir reinventar a natureza, modificando solos, criando sementes e até buscando, embora pontualmente, impor leis ao clima. Eis o novo uso agrícola do território no período técnico-científico-informacional.

O Estado colaborou para a consolidação do agronegócio. No século XXI, há o pacto entre Estado, grande propriedade e setor agroindustrial, a fim de sua inserção no comércio internacional. Nesse pacto o Estado se torna viabilizador de infraestrutura para exportação de commodities, fornecedor de crédito e dinamizador do mercado de terras, consolidando a produção de produtos para exportação, corroborando para a manutenção da concentrada estrutura fundiária brasileira (GOLDFARB, 2015, p. 34).

O Brasil é tradicionalmente conhecido pela exportação de produtos primários, a exemplo da soja e do minério de ferro. “A exportação de produtos primários é a principal responsável pelo saldo da balança comercial” (NETO e DA CRUZ, 2014, p. 57). O país, desde a colonização, se firmou na agricultura para exportação, principalmente depois da modernização da agricultura, onde alterou-se a base técnica da agricultura para intensificar a produção para exportação.

Nesse contexto, de financiamento estatal e produção para exportação de produtos primários, se insere a soja, com destaque para a sua produção do estado de Mato Grosso, na década de 1960, trazida por sulistas, pois as condições edafoclimáticas do cerrado eram favoráveis para a produção do grão. Na década de 1970 aumentou sua produção, contando com amplos incentivos creditícios do governo federal.

A figura a seguir representa evolução da área plantada de soja nos anos de 1990, 1995, 2000, 2005, 2010 e 2015 em Mato Grosso do Sul.



Fonte: FACCIN (2017)

Figura 1. Evolução da área plantada de soja: 1990, 1995, 2000, 2005, 2010 e 2015 em Mato Grosso do Sul.

A Figura 1 apresenta o avanço da soja em Mato Grosso do Sul entre os anos de 1990 a 2015. É evidente o avanço dessa cultura no estado, especialmente a partir do ano 2000. Outro fato relevante é que o avanço da soja se dá em grandes estabelecimentos, ou seja, estabelecimento com extensas áreas. Ressaltando que a soja é uma das “vedetes” do agronegócio, justamente por gerar lucro quando produzida em larga escala, isso explica o porquê do avanço da cultura ter se dado em áreas concentradas.

O modelo produtivo adotado na ocupação dos cerrados, a partir de 1970, foi resultado de uma disputa que vinha desde a década de 1950, quando se polarizaram duas vertentes sobre o desenvolvimento para o campo no Brasil. Uma defendia a necessidade de fazer a reforma agrária como forma de acabar com a estrutura do latifúndio, visto aqui como o entrave para o desenvolvimento; a outra defendia que o entrave estava na falta de modernização do processo produtivo, tornando-se necessário, portanto, adotar uma agricultura de base empresarial que incorporasse o uso de técnicas modernas ao setor agropecuário. Prevaleceu a segunda corrente, incorporada pelo regime militar, que, a partir da década de 1970, através de um conjunto de políticas de subsídios e da construção de uma rede de infraestrutura, implementou esse modelo nos cerrados, especialmente com a cultura da soja (PEIXINHO et al, 2003, p. 98).

A Tabela a seguir evidencia em números o processo de avanço da soja em Mato Grosso do Sul, com dados até o ano de 2019⁸:

Tabela 4. Série histórica avanço da soja em área plantada no Mato Grosso do Sul (hectares).

Unidade da Federação	1990	1995	2000	2005	2010	2015	2019
Mato Grosso do Sul	2.145.886	1.891.891	2.055.107	3.115.191	3.245.163	4.744.300	5.784.337

Fonte: IBGE (2021). Organização: Amanda Júlia de Freitas Mariano.

A Tabela 4 revela que, em 1990, a área plantada de soja já era volumosa, representando 2.145.886 hectares de área plantada. Contudo, entre os anos de 1990 a 1995 há uma queda na produção, reduzindo a área plantada para 1.891.891 hectares. Mas a partir do século XXI a produção volta a avançar, e, no ano 2000 ela alcança a marca de 2.055.107 hectares plantados. A área plantada do monocultivo segue avançando, registrando, em 2019, 5.784.337 hectares plantados.

O monocultivo é atividade tradicional e relevante para a economia, iniciada ainda no século XX, com a decadência da atividade ervamateira. Além da produção de soja outras culturas como o milho e a pecuária de corte ganharam destaque no estado, permanecendo até o século atual e se tornando tradicional na história do estado, ambas ligadas ao agronegócio (DOMINGUES, 2011).

A cada período, o território mato-grossense (a partir de 1979, sul-matogrossense), se organizava para atender aos impulsos externos, sob o comando da “região concentrada”, com destaque para a economia paulista. A região Sudeste, em particular o estado de São Paulo, exerceu o poder de espraiar as demandas do mercado interno, definindo, na divisão territorial do trabalho, o Mato Grosso do Sul como uma extensão da economia do Sudeste – uma afirmação clássica registrada por Goldenstein e Seabra (1989). A partir da incorporação do

Cerrado pelo cultivo de soja, para reduzir o impacto causado pelo Choque do Petróleo, o Mato Grosso do Sul saiu do binômio trigo/ gado para soja/gado e foi gradativamente ligado ao comércio internacional através das exportações de produtos do complexo soja e carne bovina (LAMOSO, 2011, p. 34).

O processo de modernização da agricultura trouxe alterações para o processo produtivo da *commoditie*, estimulando ainda mais a produção para exportação, maximizando o uso dos fatores de produção, ou seja, a eficiência produtiva, para obter maiores níveis de produtividade e rentabilidade. No final do século XX a produção da soja ganhou novos contrastes, priorizando aumentar a eficiência e os lucros (COLUSSI et al., 2016, p.1).

Assim, o agronegócio se mantém fundamental para a economia brasileira, e as últimas décadas denotam um esforço intenso de modernização da prática agrícola, seja para maior produção e rendimento, seja para elevar os níveis de competitividade do setor, adequando a situação brasileira a parâmetros mundiais. A soja, em particular, influencia significativamente a economia brasileira e tem o poder de reorganizar o território para maior fluidez no escoamento de seus subprodutos (FACCIN, 2017, p. 27).

Essa cultura ligada diretamente ao agronegócio, agricultura capitalista produtora (em sua maioria) de grãos para exportação, substituiu lavouras como a de arroz, milho, trigo, entre outras culturas de alimentos, objetivando aumentar os lucros com a exportação de grãos.

Houve em Mato Grosso do Sul aliança entre Estado e empresas para que houvesse o avanço comercial da soja em território sul-mato-grossense e o estado se tornasse um exportador da *commoditie*. Ocorrendo, “primeiramente, o fortalecimento do comércio interno regional, para depois alcançar os mercados internacionais, com a implantação de grandes empresas do agronegócio no território sul-mato-grossense” (FACCIN, 2017, p. 16).

A partir da análise, vimos a tamanha importância da soja para a economia do país e do estado de Mato Grosso do Sul. Embora o monocultivo tenha se mostrado relevante em todo o estado, há municípios de Mato Grosso do Sul em que a soja se destaca e há também estados do país com maior produtividade da *commoditie*. A tabela (Tabela 5) a seguir trará dados dos estados brasileiros com maior área plantada de soja, e posteriormente terá uma tabela (Tabela 6) com os principais municípios produtores de soja no Mato Grosso do Sul em 2019:

Tabela 5. Principais estados brasileiros produtores de soja por área plantada, em 2019.

Estados	Área Plantada (hectares)	Soja em Grãos
Mato Grosso	16.594.186	9.724.213
Paraná	10.551.878	5.418.814
Rio Grande do Sul	9.060.127	5.843.533
São Paulo	8.063.719	1.080.541
Goiás	6.634.818	3.402.810
Mato Grosso do Sul	5.786.337	2.882.107
Minas Gerais	4.502.247	1.627.741

Fonte: IBGE (2021). Organização: Amanda Júlia de Freitas Mariano.

Tabela 6. Principais municípios produtores de soja por área plantada no Mato Grosso do Sul, em 2019.

Municípios	Área Plantada (hectares)
Maracaju	565.469
Ponta Porã	465.516
Sidrolândia	430.377
Dourados	366.506
Rio Brillhante	304.822
São Gabriel do Oeste	207.350
Costa Rica	203.313
Caarapó	196.013
Aral Moreira	194.014
Laguna Carapã	190.495
Naviraí	167.860
Itaporã	159.855
Nova Alvorada do Sul	157.979
Chapadão do Sul	157.958

Fonte: IBGE (2021). Organização: Amanda Júlia de Freitas Mariano.

A “BASE” CONSTRUÍDA EM MATO GROSSO DO SUL POR MEIO DE LEIS, DECRETOS E PROGRAMAS QUE CONTRIBUÍRAM PARA A TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NO ESTADO

A partir do exposto, percebe-se a docilidade construída no Mato Grosso do Sul para a territorialização de atividades agrícolas que demandem extensas propriedades de terra para a sua reprodução, ou seja, atividades ligadas ao agronegócio, seja ele no monocultivo de grãos, cana-de-açúcar ou na silvicultura de eucalipto. No estado predominam as atividades que demandam extensas áreas, com o uso de técnicas “modernas” e mecanizadas, atividades quase sempre ligadas ao agronegócio, que opera com largos incentivos fiscais e creditícios do Governo Federal, mantendo a estrutura fundiária concentrada.

Para dar sustentação a esse argumento, trazemos uma tabela com a estrutura fundiária do estado de Mato Grosso do Sul:

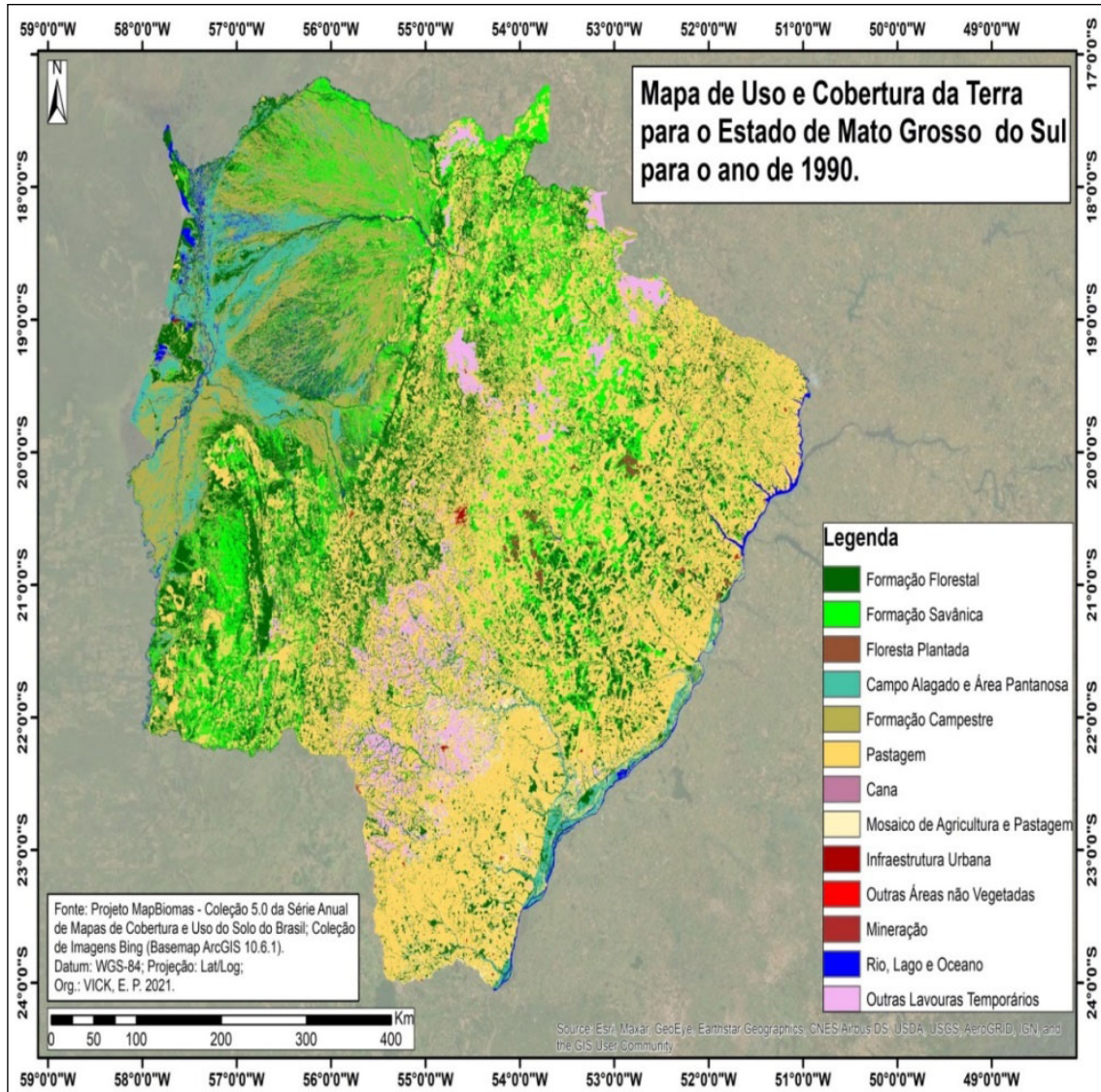
Tabela 7. Mato Grosso do Sul: estrutura fundiária (2014).

Classe Área Total (ha)	Nº de Imóveis	%	Área Total (ha)	%
0 a menos 200	65.494	69,92%	2.783.542,71	7,18%
200 a menos de 500	12.215	13,05%	3.942.123,13	10,16%
500 a menos de 1.000	7.182	7,66%	5.070.926,01	13,08%
Acima de 1.000	8.777	9,37%	26.983.441,78	69,58%
Total	93.668	100%	38.780.033,63	100%

Fonte: INCRA (2014). Organização: Nardoque (2016, p. 262).

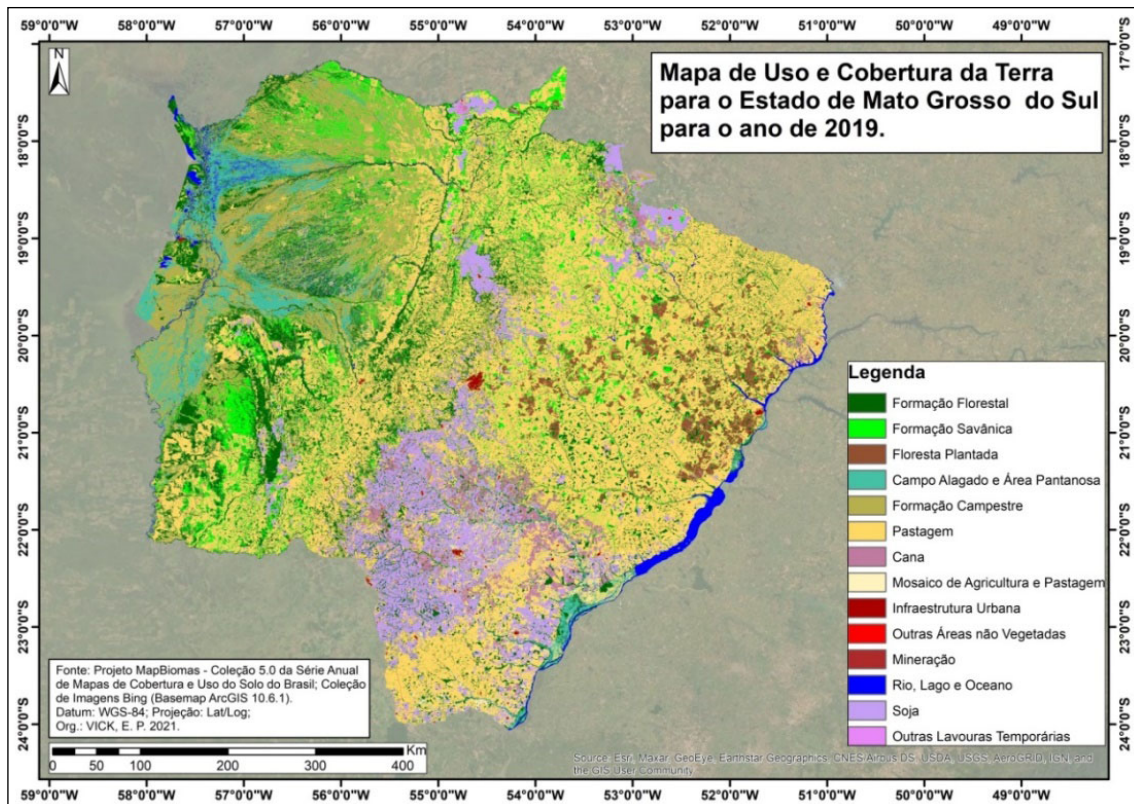
A Tabela 7 confirma a estrutura fundiária concentrada abordada no decorrer desse texto. Evidenciando a lógica agrária do agronegócio, imóveis de 0 a 200 ha estão nas mãos de vários produtores, os pequenos produtores, ocupando área de 2.783.542,71 ha, enquanto imóveis acima de 1000 ha ocupam área de 26.983.441,78 ha, representando 9,37% dos imóveis, ou seja, a terra concentrada nas mãos de poucos. Luiz (2020) nos atenta para o significado da terra no sistema de produção capitalista; nele a terra não interessa apenas para a produção, mas também como reserva de valor. Essa estrutura agrária capitalista faz permanecer a renda nas mãos de poucos, perpetuando a construção social de que terra é instrumento para obter lucro, quando na realidade a “terra é para vida, e não para negócio” (SACHS, 2001, p. 367).

Com base na contextualização da lógica capitalista agrária de ocupação “produtiva” imposta sob a região Centro-Oeste, e suas consequências sobre o estado de Mato Grosso do Sul, além dos principais produtos (commodities) produzidos no estado, iremos anexar duas figuras com o mapa de uso e cobertura da terra em Mato Grosso do Sul, o primeiro do ano de 1990 e o segundo de 2019. Nosso intuito é evidenciar o avanço do agronegócio nas terras sul-mato-grossenses.



Fonte: Projeto MapBiomias – Coleção [versão] da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil, acessado em 25/03/2021.

Figura 2. Mapa de uso e cobertura da terra em Mato Grosso do Sul, em 1990.



Fonte: Projeto MapBiomas – Coleção [versão] da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil, acessado em 25/03/2021.

Figura 3. Mapa de uso e cobertura da terra em Mato Grosso do Sul, em 2019.

A Figura 2, com o mapa de uso e cobertura da terra no estado de Mato Grosso do Sul, em 1990, evidencia o predomínio de formação florestal, formação savânica, lavouras temporárias e pastagem. Sendo, neste período, a pastagem para pecuária, atividade tradicional ao longo da história sul-mato-grossense.

Há também alguns traços de silvicultura de eucalipto nos municípios de Ribas do Rio Pardo, Campo Grande, Três Lagoas e Água Clara, identificados pela cor marrom, no mapa, e com um percentual quase que insignificante perante a vasta extensão de pastagem, porém, esse percentual ainda que insignificante, não pode ser ignorado, pois, ele alerta a intensificação das atividades ligadas ao avanço do agronegócio que se dará no estado, nos anos seguintes.

Já a Figura 3, com o mapa mais recente de uso e cobertura do solo do estado de Mato Grosso do Sul, no ano de 2019, denuncia o avanço da silvicultura de eucalipto, alertado no decorrer do texto. Há também o avanço lavouras temporárias, nas mesmas áreas, ou seja, áreas que já tinham esse tipo de atividade intensificam-nas.

Na região Norte do estado os municípios de Paraíso das Águas, Costa Rica mostram o aumento significativo de lavouras temporárias, além do município de Chapadão do Sul, onde também houve aumento. Nos municípios de Rio Brillhante, Sidrolândia, Maracaju, Ponta Porá, Laguna Carapã, Aral Moreira, Caarapó, Dourados e Douradinha também

houve aumento significativo de lavouras temporárias. E na especificação de floresta plantada (silvicultura de eucalipto) houve aumento significativo nos municípios de Ribas do Rio Pardo, Santa Rita do Pardo, Brasilândia, Agua Clara, Três Lagoas, Selvíria, Aparecida do Taboado e Inocência.

As figuras com o mapa de uso e cobertura do solo evidenciam o que foi exposto inicialmente, o avanço do agronegócio sob as terras do Mato Grosso do Sul, e o predomínio de atividades ligadas a eles em partes específicas do estado, de fato o que foi planejado pela política getulista; a ocupação “produtiva” agrícola da região Centro-Oeste, e consequentemente do estado de Mato Grosso do Sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maneira como Mato Grosso do Sul foi ocupado e colonizado, utilizando a terra como negócio, apenas reforça a forma como a terra foi institucionalizada no Brasil, desde a chegada dos europeus e, posteriormente, com a Lei de Terras de 1850.

O modelo de ocupação adotado no Mato Grosso do Sul revela a apropriação capitalista da terra, com amplo apoio financeiro e legislativo do Governo federal, por meio dos programas criados para incentivar a ocupação na região, as leis, decretos e incentivos governamentais delinearão um cenário propício para a territorialização do agronegócio.

Esse modelo de agricultura se mostra insustentável do ponto de vista social e ambiental. Com os programas de ocupação das áreas de Cerrado na região Centro-Oeste, grandes áreas do Mato Grosso do Sul e de outros estados da região foram destruídas, antes mesmo de serem estudadas e conhecidas.

Assim, conclui-se que Mato Grosso do Sul foi formado (em 1977 ele se torna um estado independente de Mato Grosso) no seio da agricultura capitalista, com a modernização (conservadora) da agricultura, atrelado às políticas federais que propiciaram a perpetuação da concentrada estrutura fundiária. Os extensos latifúndios com predomínio de pastagens deram lugar para as modernas empresas rurais, com a aplicação de técnicas para aumentar a produtividade nos monocultivos.

Embora, a agricultura capitalista se apresente como o que há de mais moderno no que tange à agricultura, ela ainda remonta o período colonial do país, com a produção em latifúndios de bens primários para a exportação. Do ponto de vista técnico, o moderno desta agricultura está nas técnicas, nos insumos químicos, na mecanização da produção com o uso de máquinas e tratores, mas do ponto de vista ambiental e social o uso de todos esses instrumentos é o que há de mais arcaico, colaborando com a destruição do meio-ambiente e a perpetuação da pobreza social, onde há poucos com muitas terras e muitos sem nenhuma terra para a sua reprodução social e identitária.

NOTAS

3 O trecho do decreto foi transcrito na íntegra, porém não há numeração de páginas no referido documento.

4 Regionalização de Planejamento do estado de Mato Grosso do Sul. Constituída pelos municípios de Água Clara, Aparecida do Taboado, Brasilândia, Cassilândia, Chapadão do Sul, Inocência, Paranaíba, Santa Rita do Pardo, Selvíria e Três Lagoas.

5 São características definidas através de fatores do meio, tais como o clima, o relevo, a litologia, a temperatura, a umidade do ar, a radiação, o tipo de solo, o vento, a composição atmosférica e a precipitação pluvial.

6 Nos estados da Bahia e Espírito Santo, são frequentes os conflitos entre empresas de eucalipto e celulose com comunidades tradicionais/locais, muitas vezes resultando em mortes. Para entender melhor sobre o caso na Bahia, ler a Dissertação do Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, da acadêmica Ivonete Gonçalves de Souza, intitulada: EUCALIPTO E O VENENO SILENCIOSO: EXPANSÃO DA MONOCULTURA DE EUCALIPTO NO EXTREMO SUL DA BAHIA. AGROTÓXICOS, VIOLAÇÃO DE DIREITOS E MANIPULAÇÃO IDEOLÓGICA.

7 Para compreender melhor a luta travada entre o agronegócio e a agricultura familiar, ler a dissertação de mestrado “Dinâmica Agrária e a Territorialização do Complexo Celulose/Papel na Microrregião de Três Lagoas/MS”, do autor Mieczeslau Kudlavicz, defendida em 2011, no Programa de Pós-Graduação de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, câmpus de Três Lagoas.

8 O objetivo era evidenciar nas tabelas dados desde o ano de 1970, quando a soja avança no estado, porém, o IBGE fornece dados referentes ao ano de 1988 em diante. Sendo assim os dados foram organizados de 5 em 5 anos, e por ultimo com uma diferença de 4 anos a escolha por essa cronologia é justamente para ilustrar em números o avanço da soja, já abordado na Figura 6.

REFERÊNCIAS

- ABREU, S. de. **Planejamento governamental: A SUDECO no espaço mato-grossense. Contexto, propósitos e contradições.** São Paulo, USP, 2003. (Tese Doutorado em Geografia).
- ALMEIDA, R. A. Aliança terra-capital em Mato Grosso do Sul: redefinições no campo e na cidade. Território e territorialidades em Mato Grosso do Sul. 1ed. São Paulo: **Expressão Popular**, v. 1, p. 103-134, 2011.
- AZEVEDO, J. R. N.; Thomaz Junior, A. O merchandising do agrohídronegócio; programas e eventos em torno da agroindústria canavieira. **ENTRE-LUGAR**, v.4, n.8, p. 35-45, 2013.
- BARATELLI, A. E. S. **A dinâmica do processo de expansão do eucalipto e a majoração do preço da terra no município de Três Lagoas.** Três Lagoas: 2019. 71 f. Monografia

- (Licenciatura em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2019.
- BARATELLI, A. E. S. & MARIANO, A. J. F. A expansão do eucalipto na Microrregião de Três Lagoas/MS entre os anos de 2013-2017. **Simpósio Internacional e Simpósio Nacional de Geografia Agrária (ANAIS)**, Recife –PE, 2019.
- BECKER, B. K. **Amazônia**. Série Princípios, 3^o edição, São Paulo:Ática, 1994.
- BIANCHINI, O. da C. D.. **A Companhia Matte Larangeira e a ocupação da terra do sul de Mato Grosso, 1880-1940**. Editora Ufms Universidade Federal de Mato Grosso Do Sul, 2000.
- BRAND, A.; FERREIRA, E. M. L.; ALMEIDA, F. A. A. Os Kaiowá e Guarani em tempos da Cia Matte Larangeira: negociações e conflitos. **Simpósio Nacional De História**, v. 23, p. 23, 2005.
- CASTRO, S. S. de; ABDALA K.; SILVA, A. A; BORGES, V. A expansão da cana-de-açúcar no Cerrado e no Estado de Goiás: elementos para uma análise espacial do processo. In: **Boletim Goiano de Geografia**, 2010.
- COLUSSI, J., WEISS, C. R., de SOUZA, Â. R. L., & de OLIVEIRA, L. (2016). O agronegócio da soja: Uma análise da rentabilidade do cultivo da soja no Brasil. **Revista ESPACIOS**. Vol. 37 (Nº 16) Año 2016.
- DOMINGUES, A. T.. O setor agroindustrial canavieiro no Mato Grosso do Sul: desdobramentos e perspectivas. **Revista Tamoios**, v. 7, n. 2, p. 21-36, 2011.
- DOMINGUES, A. T.; JÚNIOR, A. T.. A territorialização da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 34, p. 138-160, 2012.
- FACCIN, A. C. T. M. **Complexo soja no Mato Grosso do Sul: competitividade regional e vulnerabilidade territorial**. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2017.
- FABRINI, J. E.. A posse e a concentração de terra no sul de Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, Rosemeire A. (Org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. Campo Grande: UFMS, 2008. P.53-79.
- FIGUEIREDO, C. V.; SOUZA, J. G.. A monocultura canavieira: entropia da paisagem e elisão fiscal no município de Rio Claro-SP, Brasil (2000-2008). **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 11, n. 22 Abr., 2016.
- FREDERICO, S. **O novo tempo do cerrado**. Expansão dos Fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos. 2008. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.
- FREITAS, W. A. DE; MELLO, M. de. A Colônia Agrícola Nacional de Goiás e a redefinição nos usos do território. **Sociedade & Natureza** (UFU. Online), v. 26, p. 471-482, 2014.
- GUIJARRA, M. A. de O. **AS Diferentes Formas de Ocupação/Exploração da Porção Meridional Sul-Mato-Grossense e as Implicações à Cobertura Vegetal Original Entre os Anos de 1880–1985**. O caso do município de Dourados-MS. Glória de Dourados, 2008. Disponível em <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Procesosambientales/Impactoambiental/44.pdf>>.
- GOLDFARB, Y.. Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do

- território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina. **Revista NERA (UNESP)**, v. 18, p. 11-37, 2015.
- KUDLAVICZ, Mieceslau. **Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na microrregião de Três Lagoas**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFMS. Três Lagoas. 2010. 177p.
- LAMOSO, L. P. Dinâmicas produtivas da economia de exportação no Mato Grosso do Sul-Brasil. **Mercator-Revista de Geografia da UFC**, v. 10, n. 21, p. 33-47, 2011.
- LOPES, C. R.. **Cativeiros de papel: desertos verdes, papeteiras e conflitos socioambientais na região de três lagoas/MS (2009 – 2015)**. (Tese de Mestrado em Direito). Universidade Federal Fluminense, UFF, Niterói, 2016.
- MARTINS, J. de S.. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes. 1981.
- MELO, Danilo Souza. **Geografia das ocupações e manifestações em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (2000–2012)**. 2014.
- MOREIRA, D. L. Dos Espaços ‘vazios’ ao processo de colonização particular: Uma breve História do processo de ocupação do Sul de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul. **Revista de Ciências Humanas e Sociais Pitágoras**, v. 3, p. 1-12, 2017.
- MOREIRA, D. L. **Por uma nova história da emancipação políticoadministrativa do município de Batayporã-MS (1953-1964)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História). UFGD. Dourados. 2015.
- MORENO, G.. **Os (Des) Caminhos da Apropriação Capitalista da Terra em Mato Grosso**. 633f. Tese de Doutorado. FFLCH USP. São Paulo.1994.
- MOTA, J. M. **Territórios e Territorialidades Guarani e Kaiowa: da territorialização precária na reserva indígena de Dourados à multiterritorialidade**. 406f. (Dissertação de Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD, Brasil. 2011.
- NAGLIS, Suzana Gonçalves Batista. **“Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto”**: os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados-CAND (1943-1960). Universidade Federal da Grande Dourados, 2014.
- NARDOQUE, S.I; ALMEIDA, R. A. de. **DATALUTA/MS Banco da terra Relatório 2013. Três Lagoas: LABET/UFMS**, 2014.
- NETO, T. E.; DA CRUZ, K. K. C. Os resultados da parceria estratégica Brasil-China para o fortalecimento comercial da cadeia produtiva da soja no Mato Grosso do Sul 2003-2013. **Revista de Estudos Internacionais**, v. 4, n. 2, p. 56-77, 2014.
- OLIVEIRA, B. C. **Política de Colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945)**. 1999. 243f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, UNESP/Assis, 1999.
- OLIVEIRA, B. C. **Histórias que (re) contam História: análise do povoamento, colonização e reforma agrária do sul de Mato Grosso do Sul**. Universidade Federal da Grande Dourados, 2013.
- PEIXINHO, D. M.et al. Reestruturação espacial: a interação do local e global - o exemplo da soja. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia/GO, 2003
- PEREIRA, M. C; MICHELS, I. L; RODRIGUES, J. D.; CAMPELO, E. H. R.; MEURER,

- R. A expansão da cadeia sucroalcooleira em Mato Grosso do Sul. In: XLV Congresso Da Sociedade Brasileira De Economia Administração E Sociologia Rural. **Anais**. Londrina: UEL, 2007.
- PORTO-GONÇALVES, C. W.. Geografia da riqueza, fome e meio-ambiente. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; MARQUES, Marta Inês Maria (Org). **O campo no século XXI**. São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra, 2004. P.207-253.
- ROCHA, J. R. da; PESSÔA, V. L. S.. A soja transformando Chapadão do Sul. **Sociedade & Natureza**, v. 19, n. 1, p. 107-121, 2007.
- SACHS, I.. Brasil rural: da redescoberta à invenção. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, p. 75-82, 2001.
- SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1982.
- SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, M. **Território globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996. SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 2000.
- SANTOS, M; SILVEIRA, M, L. **O Brasil: território e Sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record, 2001.
- SAQUET, M. A. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.
- SILVA, W. G.. A estratégia de integração do sul do estado de Mato Grosso ao território nacional durante o governo Vargas: uma análise a partir da criação da colônia agrícola nacional de Dourados em 1943. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 31, p. 26-42, 2016.
- STÉDILE, J. P. **Questão agrária no Brasil**. 10.ed. São Paulo: Atual, 1997.
- TEIXEIRA, J. C.. **Os efeitos socioespaciais da expansão canavieira na bacia hidrográfica do Rio Ivinhema no Estado de Mato Grosso do Sul**. Tese de Doutorado – UNESP. Presidente Prudente 2015.
- TEIXEIRA, J. C.; HESPANHOL, A. N.. A Região Centro-Oeste no contexto das mudanças ocorridas no período pós-1960. **Revista Eletrônica AGB-TL**, p. 52-66, 2006.
- TEIXEIRA, J. C.; HESPANHOL, A. N.. A trajetória da pecuária bovina brasileira. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, p. 26-38-38, 2014.
- TEIXEIRA, J. C.. **A expansão canavieira na bacia do rio Ivinhema-MS (2003-2015): efeitos socioespaciais**. 1. ed. São Paulo: Novas Edições Acadêmicas, 2017. v. 1. 209p